

# RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO 2010-2012 TRIENAL 2013

## IDENTIFICAÇÃO

**ÁREA DE AVALIAÇÃO:** MEDICINA I

**COORDENADOR DE ÁREA:** JOSÉ ANTONIO ROCHA GONTIJO

**COORDENADOR-ADJUNTO DE ÁREA:** CARLOS CEZAR FRITSCHER

**COORDENADOR-ADJUNTO DE MP:** WOLNEI CAUMO

## I. AVALIAÇÃO 2013 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

Realizou-se de 30 de setembro a 4 de outubro de 2013 a Avaliação Trienal dos Cursos/Programas de Pós-graduação da Área de Medicina I da CAPES, em Brasília. Participaram 26 consultores, incluindo o Coordenador, Prof. José Antônio Rocha Gontijo, o Coordenador-Adjunto, Prof. Carlos Cezar Fritscher e o Coordenador-Adjunto do Mestrado Profissional, Prof. Wolnei Caumo. Um dos consultores justificou sua ausência.

**OBJETIVOS:** Analisar, avaliar e conceituar dentro de critérios previamente estabelecidos pela Área 15 – Medicina I e aprovados pelo CTC-ES da CAPES, a Proposta do Programa vigente, sua produção no que diz respeito à formação de Mestres e Doutores, a produção Bibliográfica bem como sua Inserção Social revertendo à sociedade o conhecimento apropriado pelas diferentes áreas de concentração do Programa. Esta análise utilizou critérios qualitativos e quantitativos e foi eminentemente comparativa, submetendo todos os 81 Programas e Cursos de Pós-graduação (PPG), nível Mestrado, Doutorado e Mestrado Profissional, credenciados e ativos área no período 2010 e 2012 (Tabela 1) aos mesmos critérios gerais. As especificidades que norteiam a formação acadêmica e profissional também foram levadas em consideração através de fichas específicas e de uma Comissão de Avaliação, a parte, nomeada para avaliar os Mestrados Profissionais. No entanto, quando aplicáveis as métricas utilizadas para os diferentes quesitos elencados nas fichas de avaliação foram similares para cursos profissionais e Cursos e Programas acadêmicos.

PPG		81
Cursos	M	75
	D	67
	F	4
Total		146

Tabela 1. Distribuição dos Programas e Cursos de PG avaliados no triênio 2010-2012.

**MÉTODOS:** Inicialmente, após a aprovação do Documento de Área, 27 consultores foram escolhidos para participação na Avaliação Trienal 2010-2012. Esta escolha levou em conta a qualificação acadêmica, a distribuição regional dos programas, o percentual de programas por Instituição de Ensino Superior e o domínio de áreas de conhecimento específicas. Em seguida, os Cadernos de Indicadores de seis a sete PPGs que constam do sítio da CAPES, com as diferentes e amplas informações sobre os Programas foram encaminhados para dois consultores sem qualquer conflito de interesse acadêmico ou regional. Estas informações encaminhadas correspondem às coletadas no período de 3 anos junto aos PPG e, informadas diretamente por estes através do COLETA CAPES. A análise foi realizada portanto por duplas de consultores e em seguida relatada e submetida à plenária de avaliação para discussões, críticas, correções e deliberação sobre a nota final auferida ao curso ou programa. Juntamente com os cadernos de indicadores, foram encaminhados a todos os consultores, Planilha de WEBQUALIS, Documento de Área, template das fichas de avaliação e tutorial detalhado com os critérios a serem empregados na Avaliação Trienal, além do Regulamento com instruções sobre o processo de avaliação. A análise de quesitos incluídos na ficha de avaliação, relativos à produção intelectual, considerando-se apenas como produto, artigos completos originais, publicados pelos professores permanentes dos PPG. Por outro lado, a análise da produção de Teses/Dissertações considerou também as outras categorias docentes (colaboradores e visitantes). A produção discente/egressos, isolada ou com docentes das diferentes categorias foram também considerados para o objetivo de avaliação do PPG. Egressos foram considerados apenas aqueles com produção acompanhada de docente permanente do Programa. Procurou-se, especificamente nesta trienal, valorizar, tanto ou mais que a produção científica isolada, a formação de alunos e a produção efetivamente vinculada a esta formação, aproximando-se dos objetivos da pós-graduação senso estrito, quais sejam, a formação em número e qualidade de novos pesquisadores e a produção de conhecimento associada original e de qualidade.

Nota: Não foram consideradas as produções bibliográficas de docentes em atividade que apareciam também nos indicadores de produção intelectual como egressos bem como toda a produção bibliográfica veiculada pelos 66 periódicos suspensos pelo JCR e retirados do Qualis pelo Conselho Superior da CAPES.

Durante a reunião, foram constituídas onze duplas para analisarem a consolidação dos três anos considerados para os seguintes programas:

1. MARIO TERRA FILHO USP e IRENE DE ALMEIDA BIASOLI UFRJ

<i>FISIOPATOLOGIA EM CLÍNICA MÉDICA</i>	<i>UNESP/BOT</i>	<i>1981</i>
<i>MEDICINA (CARDIOLOGIA)</i>	<i>UNIFESP</i>	<i>1975</i>
<i>MEDICINA (ENDOCRINOLOGIA CLÍNICA)</i>	<i>UNIFESP</i>	<i>1973</i>
<i>GASTROENTEROLOGIA</i>	<i>UNIFESP</i>	<i>1976</i>
<i>MEDICINA (NEFROLOGIA)</i>	<i>UNIFESP</i>	<i>1974</i>
<i>MEDICINA (PNEUMOLOGIA)</i>	<i>UNIFESP</i>	<i>1973</i>
<i>MEDICINA INTERNA E TERAPÊUTICA</i>	<i>UNIFESP</i>	<i>1996</i>

2. FRANCISCO RAFAEL MARTINS LAURINDO INCOR/SP e ZULMA MARIA DE MEDEIROS FIOCRUZ

*CIÊNCIAS DA SAÚDE: CARDIOLOGIA E CIÊNCIAS CARDIOVASC* UFRGS 1976  
*CIÊNCIAS EM GASTROENTEROLOGIA E HEPATOLOGIA* UFRGS 1972  
*CIÊNCIAS PNEUMOLÓGICAS* UFRGS 1972  
*MEDICINA: CIÊNCIAS MÉDICAS* UFRGS 1985  
*CIÊNCIAS MÉDICAS: ENDOCRINOLOGIA* UFRGS 1996  
*CIÊNCIAS DA SAÚDE* PUC/PR 2003  
*MEDICINA* UNINOVE 2012 M

3. IRINEU TADEU VELASCO USP e LUIS FELIPE RIBEIRO PINTO INCA

*ONCOLOGIA E CIÊNCIAS MÉDICAS* UFPA 2011  
*CIÊNCIAS DA SAÚDE* UFMA 1999  
*CIÊNCIAS MÉDICAS* UFC 2005  
*CIÊNCIAS DA SAÚDE* UFMT 2003  
*CIÊNCIAS MÉDICAS* UNB 2002  
*CIÊNCIAS DA SAÚDE* FUFSE 2002  
*MEDICINA E CIÊNCIAS DA SAÚDE.* PUC/RS 1993

4. RICARDO BRANDT DE OLIVEIRA USP/RP e MARIA DE FATIMA SONATI UNICAMP

*MEDICINA (CARDIOLOGIA)* UFRJ 1971  
*MEDICINA (ENDOCRINOLOGIA)* UFRJ 1974  
*CLÍNICA MÉDICA* UFRJ 1978 M D  
*CIÊNCIAS CARDIOVASCULARES* UFF 1985  
*CIÊNCIAS MÉDICAS* UFF 2002  
*FISIOPATOLOGIA CLÍNICA E EXPERIMENTAL* UERJ 1997  
*CIÊNCIAS MÉDICAS* UERJ 2002

5. EMILIA INOUE SATO UNIFESP e MARCELO TÁVORA MIRA PUC/PR

*SAÚDE E COMPORTAMENTO* UCPEL 1999  
*MEDICINA (HEPATOLOGIA)* UFCSPA 1993  
*CIÊNCIAS DA SAÚDE* UFCSPA 2002  
*CIÊNCIAS DA SAÚDE (CARDIOLOGIA)* FUC 2002  
*CIÊNCIAS MÉDICAS* UFSC 2008  
*CIÊNCIAS DA SAÚDE* UNESC 2003

6. TEREZILA MACHADO COIMBRA USP e MAGDA LAHORGUE NUNES PUC/RS

*MEDICINA E SAÚDE* UFBA 1972  
*CIÊNCIAS DA SAÚDE* UFBA 2009

*MEDICINA E SAÚDE HUMANA EBMSP 2000*  
*TECNOLOGIAS EM SAÚDE EBMSP 2012*  
*CIÊNCIAS DA SAÚDE FESP/UPE 2005*  
*CIÊNCIAS DA SAÚDE UFU 1996*

7. ELIZABETH DE FRANCESCO DAHER UFC e MARCIA MARGARET MENEZES PIZZICHINI UFSC

*CIÊNCIAS DA SAÚDE FMABC 1999*  
*ONCOLOGIA HCB 2011*  
*CIÊNCIAS DA SAÚDE FCMSCSP 2003*  
*(MEDICINA) TECNOLOGIA E INTERVENÇÃO EM CARDIOLOGIA USP 2007*  
*CIÊNCIAS DA SAÚDE FAMERP 1988*  
*ONCOLOGIA FAP 1997*

8. FERNANDO CENDES UNICAMP e MONICA ROBERTO GADELHA UFRJ

*MEDICINA TRANSLACIONAL UNIFESP 2010*  
*CIÊNCIAS DA SAÚDE IAMSPE 2005*  
*CIÊNCIAS DA SAÚDE USF 2007*  
*CIÊNCIAS DA SAÚDE FMJ 2011*  
*CLÍNICA MÉDICA UNILUS 2008*  
*CIÊNCIAS APLICADAS À SAÚDE DO ADULTO UFMG 2002*  
*MEDICINA MOLECULAR UFMG 2011*

9. RICARDO QUEIROZ GURGEL FUFSE e POLI MARA SPRITZER UFRGS

*ENDOCRINOLOGIA USP 1977*  
*NEFROLOGIA USP 1980*  
*MEDICINA (CLÍNICA MÉDICA) USP/RP 1970*  
*CIÊNCIAS MÉDICAS USP 1995*  
*CARDIOLOGIA USP 1975*  
*ONCOLOGIA CLÍNICA, CÉLULAS-TRONCO E TERAPIA CELULAR USP/RP 2012*

10. FLÁVIA RAQUEL FERNANDES DO NASCIMENTO UFMA e ANTONIO ALBERTO DA SILVA LOPES UFBA

*ONCOLOGIA USP 1987*  
*GASTROENTEROLOGIA CLÍNICA USP 1977*  
*CIÊNCIAS MÉDICAS UNICAMP 1979*  
*CLÍNICA MÉDICA UNICAMP 1992*  
*FISIOPATOLOGIA MÉDICA UNICAMP 2002*  
*MEDICINA (DERMATOLOGIA) USP 1973*  
*PNEUMOLOGIA USP 1982*

11. NESTOR SCHOR UNIFESP e THAIS HELENA ABRAHAO THOMAZ QUELUZ UNESP

*CIÊNCIAS DA SAÚDE UFPE 1991*  
*PESQUISA CLINICA EM DOENÇAS INFECCIOSAS FIOCRUZ 2004*  
*ONCOLOGIA INCA 2005*  
*SAÚDE UFJF 2005*  
*MEDICINA - BIOMEDICINA IEPSC 2010*  
*MEDICINA INTERNA UFPR 1977*  
*CIÊNCIAS DA SAÚDE UEL 2010*

12. Mestrados Profissionais (WOLNEI CAUMO UFRGS; MARCOS TADEU NOLASCO DA SILVA UNICAMP; VANIA OLIVETTI STEFFEN ABDALLAH UFU)

*CUIDADOS INTENSIVOS IMIP 2011*  
*CUIDADOS PALIATIVOS IMIP 2011*  
*MEDICINA UFES 2011*  
*CIÊNCIAS DA SAÚDE UFU 2011*  
*HEMOTERAPIA E BIOTECNOLOGIA USP/RP 2012*  
*TECNOLOGIAS E ATENÇÃO À SAÚDE UNIFESP 2011*  
*CUIDADOS INTENSIVOS E PALIATIVOS UFSC 2011*  
*EDUCAÇÃO EM DIABETES IEPSC 2012*

Os consultores avaliaram e relataram à Comissão as aspectos acadêmicos relativos ao curso ou programa. A decisão deliberativa, no entanto foi colegiada e aprovada sempre por consenso ou maioria absoluta, quando, em situações raras, houve a necessidade de votação.

Foi realizada uma primeira rodada quando foi atribuída a todos os Cursos e Programas notas de 1 a 5. A relatoria das duplas de consultores foram submetidas à plenária da Comissão de Avaliação da Trienal e após ampla e irrestrita discussão à deliberação da nota recomendada e indicação pelas duplas daqueles cursos ou programas encaminhados para avaliação de notas 6 ou 7.

Após a deliberação da Comissão de Avaliação dos programas indicados para 6 ou 7, foi realizada uma nova rodada de avaliação e discussão plenária para deliberação final das notas 6 e 7.

**RESULTADOS e CONCLUSÕES:** A Comissão de consultores enumera alguns pontos importantes do processo de avaliação em óbvia adição aos objetivos maiores quais sejam a análise e avaliação dos cursos e programas de pós-graduação.

“Renovação do corpo de Consultores se mostrou muito adequada e demonstrou que o arejamento e rotatividade entre os consultores só beneficia a análise adequada dos cursos e programas. A avaliação Trienal 2010-2012 também evidenciou uma forte tendência na separação entre grupos de pesquisa, mesmo que competentes, e programas de pós-graduação que aliam a formação à produção de conhecimento. Enquanto nos primeiros ocorre a produção de conhecimento sem a participação de pós-

graduandos, no segundo grupo esta relação, produção de conhecimento e formação de Mestres/Doutores é estreita e produtiva.

Embora alguns critérios de internacionalização já estejam sendo avaliados, a comissão indica que a área deve fazer um esforço para que estes critérios sejam explícitos, objetivos e adequadamente informados.

A Comissão também identificou que há uma necessidade urgente de definir a importância de letters, editoriais e estudos multicêntricos publicados, como produtos que estariam intimamente ligados à formação pós-graduanda. A Comissão da Medicina I entende que estes produtos, raramente estão vinculados a tese/dissertação e, portanto a formação qualificada de pós-graduandos.

Outro aspecto importante é a inserção dos alunos e docentes de pós-graduação em programas de transferência de conhecimento e impacto social; estes aspectos devem ser aprimorados para melhor avaliação futura.

O processo de formação, descrito nas considerações gerais do programa, também deve ser melhor entendido e avaliado nos próximos anos. Nas futuras avaliações os programas deverão incluir informações quanto à forma como é realizado o exame de qualificação e os resultados que o exame proporcionam na formação do aluno de doutorado. O objetivo do exame de qualificação é incentivar e avaliar o aluno de mestrado, mas principalmente de doutorado no que se refere ao conhecimento em disciplinas/atividades do núcleo básico da pós-graduação, na avaliação crítica de trabalhos de pesquisa e especificamente dos métodos usados nos trabalhos da sua área de conhecimento.

Para que o estudante de pós-graduação tenha a oportunidade de adquirir competência em pontos identificados como deficientes na sua formação científica, o exame **não deverá ser realizado próximo à defesa da tese**, idealmente com tempo superior a um ano da defesa da tese. Neste sentido é interessante que as disciplinas/atividades do núcleo básico sejam concluídas no primeiro ano do doutorado. Nos programas que possuem mestrado e doutorado é aconselhável que as disciplinas do núcleo básico sejam concluídas (pelo menos a maioria) durante o curso de mestrado. O exame de qualificação não deverá se concentrar na avaliação da minuta da tese, devendo servir de estímulo para o auto-aprendizado, leituras independentes da literatura e, fundamentalmente amadurecimento e **integração do conhecimento**, além do que é adquirido com as disciplinas/atividades do núcleo básico da pós-graduação. O estímulo de busca do conhecimento propiciado pelo exame de qualificação deverá resultar em teses e publicações de artigos científicos de melhor qualidade e, fundamentalmente, contribuir para formar egressos que participem mais efetivamente de avanços na ciência brasileira.

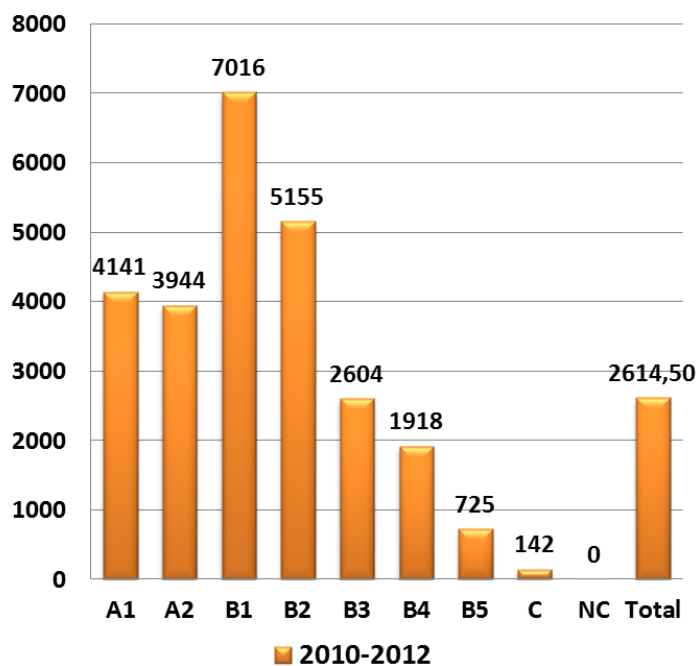
Outros temas serão durante ou após a avaliação do CTC-ES incorporados mais adequadamente a este Relatório”.

Os principais resultados após avaliação são incluídos abaixo.

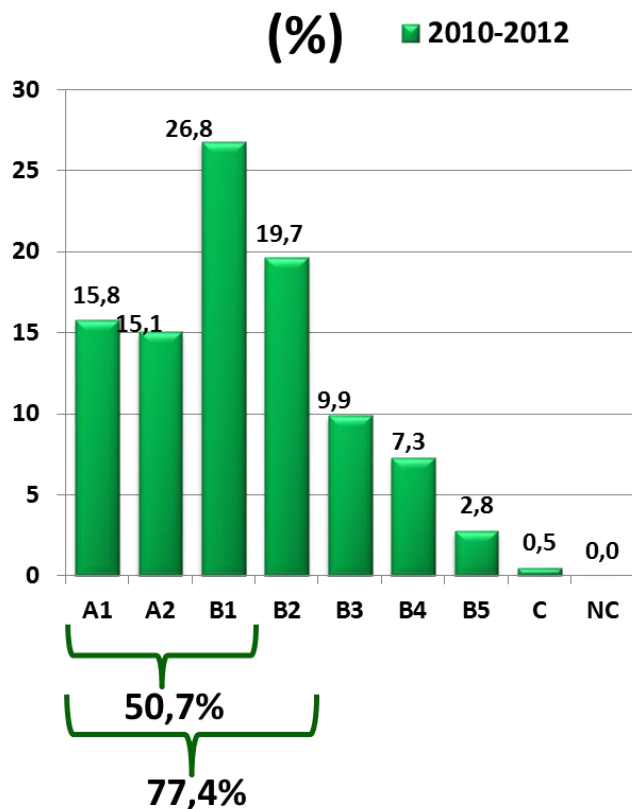
Os resultados referentes à distribuição das notas (Tabela 2), evolução das titulações nos níveis Mestrado, Doutorado e Mestrado Profissional (Figura 2) e da produção intelectual de todos os Cursos e Programas da Área 15 – Medicina I (Figuras 1A e 1B).

**Tabela 2.** Evolução das Notas da Área 15 – Medicina I e do Número de Programas/Cursos nos últimos Triênios de Avaliação.

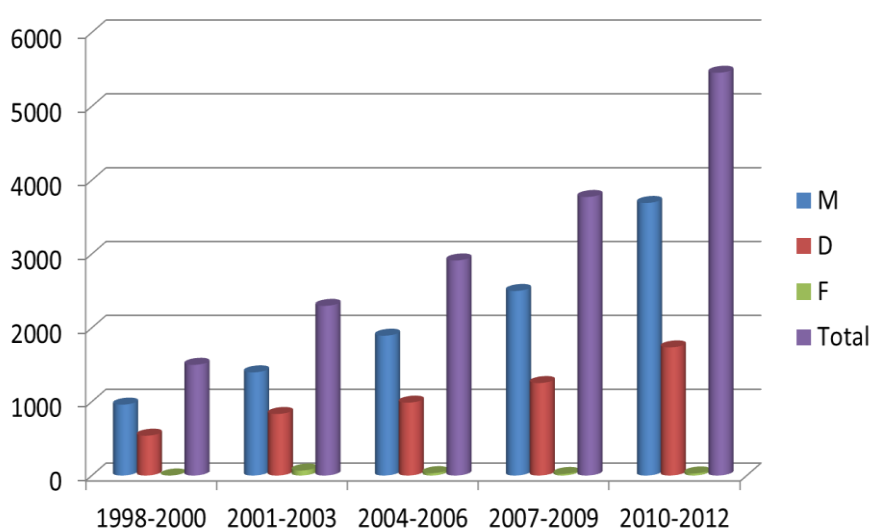
Triênio Avaliação/Notas	1	2	3	4	5	6	7	Total de Programas/Cursos Credenciados
2001 - 2003	0	0	22	16	13	7	1	59
2004 - 2006	0	0	13	21	22	8	3	67
2007 - 2009	0	0	14	32	21	6	5	80
2010 - 2012	0	1	14	30	24	6	6	81



**Figura 1A.** Produção Intelectual dos Programas da Área Medicina I (2010-2012) em periódicos Indexados no JCR & Scopus.

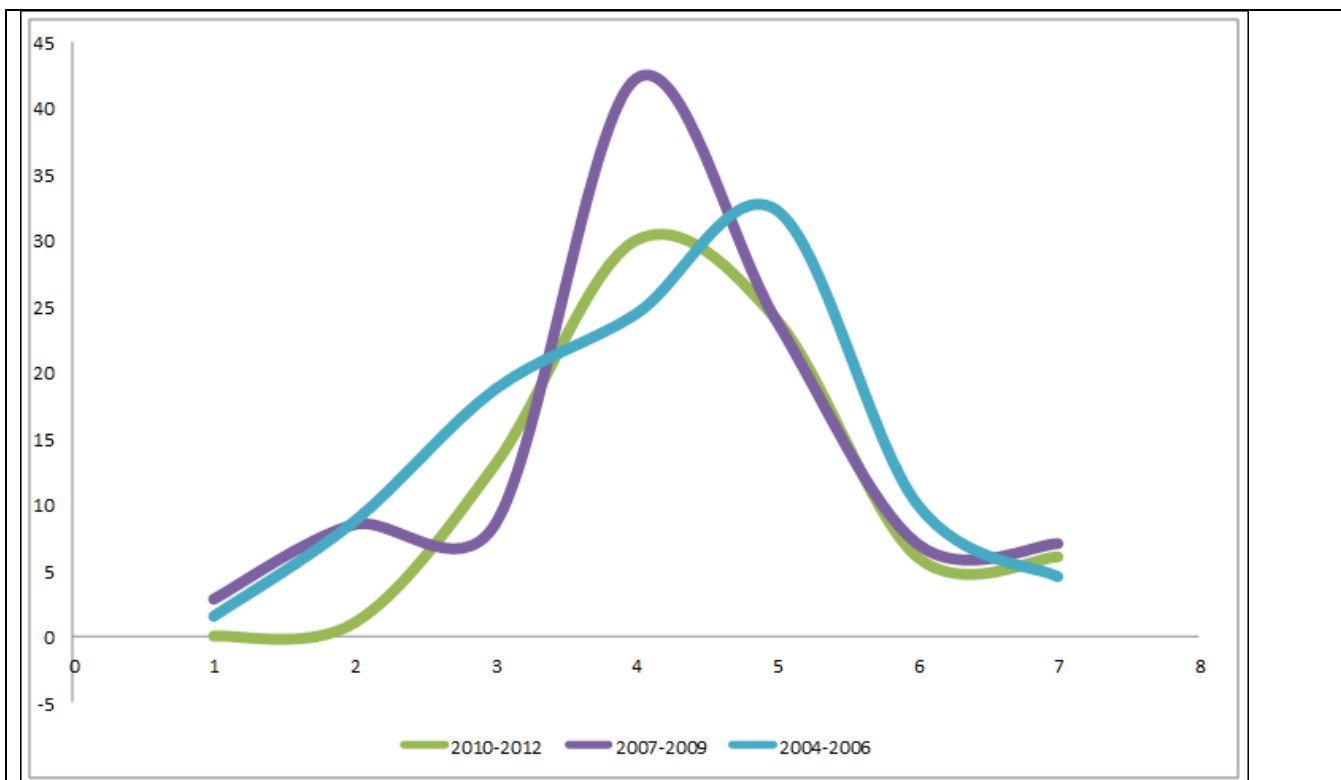


**Figura 1B.** Produção Intelectual dos Programas da Área Medicina I, em variação percentual com relação à produção total da área para o triênio (2010-2012) de periódicos Indexados no JCR & Scopus.



**Figura 2.** Evolução das titulações nos níveis Mestrado, Doutorado e Mestrado Profissional entre os anos de 1998 e 2012.





**Figura 3.** Evolução das notas da Área 15 – Medicina I nos triênios 2004-2006, 2007-2009 e 2010-2012.

### CARACTERÍSTICA DA ÁREA 15 (MEDICINA I)

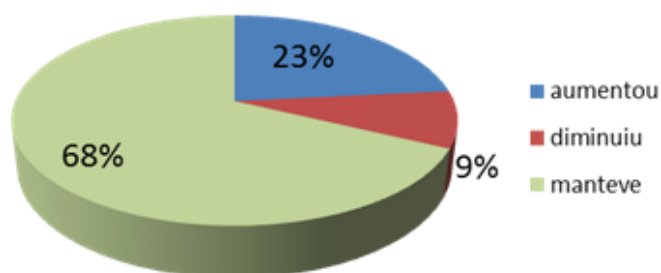
A Área 15 da CAPES (Medicina I) tem se consolidado nos últimos anos após o estabelecimento de um perfil de programas/cursos com características predominantemente multidisciplinares. Isto tem resultado em avaliações periódicas cada vez melhores, sendo que na Trienal 2010-2012 o conceito muito bom alcançou 50% dos Programas/Cursos avaliados. Esta evidente evolução dos Programas/Cursos pode ser aferida pelo número e perfil qualitativo das publicações da área bem como pelo crescente número de dissertações e teses defendidas. Neste processo de amadurecimento e qualificação é evidente a importância da mudança dos perfis dos programas e cursos para estruturas multidisciplinares e abrangentes onde a valorização e incorporação de docentes diversos e a apropriação, principalmente metodológica de outras áreas, foi um aspecto fundamental. Após a avaliação do triênio 2010-2012, emergiram-se 81 programas credenciados, sendo MAIS DE 40 destes classificados como programas interdisciplinares com denominações diversas tais como: Ciências Médicas, Ciências da Saúde, Clínica Médica, Fisiopatologia Médica ou assemelhados e, os restantes, distribuídos por especialidades clínicas diversas, como Cardiologia, Endocrinologia, Nefrologia, Oncologia, Pneumologia, Gastroenterologia/Hepatologia, entre outras.

Em 2007, nenhum programa novo foi credenciado. Em 2008, dois novos programas foram credenciados, um deles resultante da fusão de três outros; assim sendo em julho de 2009 a Área contava com 66 programas em atividade. Três destes programas eram Mestrados Profissionais. Ao longo do triênio 2010-2012, o Comitê de Área realizou visitas a 19 programas que apresentaram dificuldades na última avaliação, resultando em intensa troca de experiências sendo que em diversas



IES houve a implantação de propostas de fusão que auxiliaram os referidos programas a apresentar melhor desempenho na avaliação do triênio 2010-2012. Naquele triênio foram analisados 81 cursos e programas. No entanto, como na ampla maioria das áreas de conhecimento, persiste na Medicina I uma heterogênea distribuição regional, resultado, pelo menos em parte, de diferentes densidades regionais de Instituições, Núcleos e Docentes qualificados envolvidos em pesquisa, como mostra a Figura 2. Entre 2011 e 2012 foram promovidas reuniões com Programas e Cursos notas 3 visando à qualificação destes programas e a expansão dos mesmos ao Doutorado. Foram durante este período credenciados 7 novos cursos ou programas (2 Mestrado/Doutorado; 5 Mestrados Profissionais), consolidando a tendência de programas com características temáticas e multidisciplinares, totalizando 86 programas até o início de 2013.

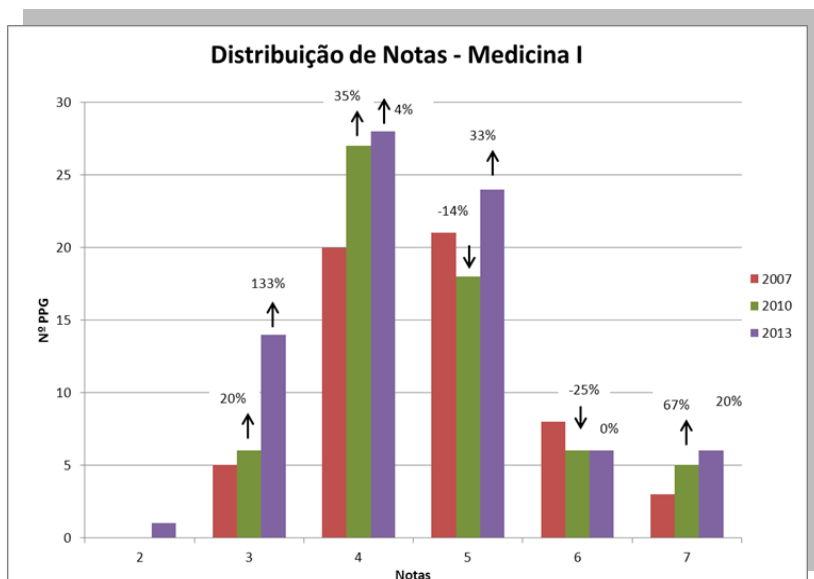
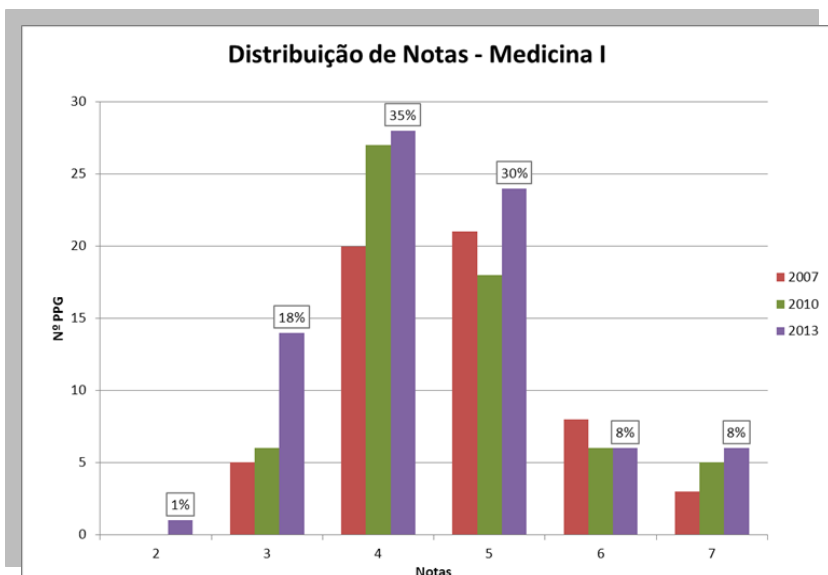
A síntese percentual de como a avaliação 2010-2012 afetou a distribuição das notas dos programas e cursos de pós-graduação é apresentada abaixo (Figuras 4 e 5):



**Figura 4.** Variação percentual das notas dos Programas e Cursos da Área 15 – Medicina I durante o triênio 2010-2012.

A área de Medicina I tem efetivamente estimulado a interdisciplinaridade em torno do desenvolvimento de projetos de formação e de produção do conhecimento focados em áreas temáticas. Assim, de um perfil de Cursos e Programas que sobrepunham de forma indistinta às especialidades médicas (o que tornavam os programas inconsistentes e próximos à especialização e o *lato sensu*), atualmente, a área de Medicina I é caracterizada por programas em 75% dos casos, multidisciplinares por proposta; dos 81 Cursos ou Programas credenciados na área, 24 são em Ciências da Saúde, 9 em Ciências Médicas, 15 em Medicina ou Medicina e Saúde, 5 em Saúde, Tecnologia em Saúde e Saúde e Sociedade e 3 em Fisiopatologia Médica. Embora persistam programas/cursos em especialidades médicas, estes agregam docentes de diferentes áreas do conhecimento produzindo ciência em uma área temática. Em virtude do exposto, a existência de um Programa de Pós-Graduação (PPG) cuja essência busca a interdisciplinaridade é bem-vinda e o mesmo deveria ser direcionado à Medicina I para avaliação. Portanto, na área de Medicina I a Interdisciplinaridade é uma característica e tem se constituído de um processo evolutivo natural inerente à maioria dos PPG.

RESULTADOS FINAIS DA ÁREA



**Figura 5.** Apresenta a evolução das notas dos programas e cursos de pós-graduação da Área 15 – Medicina I nos três últimos triênios.

## II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A “FICHA DE AVALIAÇÃO”

A Ficha de Avaliação inclui um quesito apenas qualitativo e quatro quesitos que envolvem aspectos tanto qualitativos como quantitativos do desempenho/atuação do programa. Cada quesito tem de três a cinco itens de avaliação. Cada item recebe conceitos Muito Bom, Bom, Regular, Fraco ou Deficiente. Cada item possui peso variado e o conceito do quesito resulta da média ponderada dos itens. A avaliação global do programa, por sua vez, resulta da média ponderada dos conceitos dos quesitos. No item IV deste documento estão detalhados todos os quesitos e itens, seus pesos e indicadores de avaliação.

Os elementos de avaliação apresentados referiam-se àqueles que mais repercutiram nas notas definidas pela área no período. Foi solicitado aos coordenadores que indicassem a tendência, até o momento, de conceito para os quesitos apresentados. Os seguintes quesitos foram avaliados:

- (1) a proposta do programa (objetivos e orientações gerais, áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa, estrutura curricular, elenco, ementa e bibliografia básica das disciplinas ministradas); As linhas e projetos de pesquisa devem estar vinculados à proposta do programa;
- (2) a infraestrutura de ensino e pesquisa;
- (3) o corpo docente (composição, qualificação, caracterização quanto ao regime de dedicação ao programa – permanente, colaborador, visitante – produção intelectual, atividades de ensino, pesquisa e orientação);
- (4) a caracterização do corpo discente (composição, admissões, titulações, desistências, produção intelectual); identificação do papel do programa ou curso na formação de recursos humanos qualificados; Intercâmbios acadêmico-científicos;
- (5) as qualificações de teses e dissertações defendidas (orientador, vínculo com as linhas e projetos de pesquisa, banca examinadora, tempo de titulação de bolsistas e não bolsista);
- (6) a produção intelectual de discentes e egressos (bibliográfica, técnica e artística); nível de captação de recursos;
- (7) e, a inserção social do programa; através da valorização da participação e/ou envolvimento de docentes e alunos do programa em políticas nacionais de saúde, educação, ciência e tecnologia.

Quanto ao Mestrado Profissional:

- PROPOSTA DO CURSO (Recomendações da área no que se refere ao perfil do programa, formação teórica e metodológica)
  - Recomendam-se propostas interdisciplinares que agreguem competências e metodologias que tenham como objetivo a boa formação e a geração de conhecimento novo a ser imediatamente aplicável;
  - As propostas devem ser claramente especificadas o perfil do profissional a ser formado. Este perfil não pode ser dissociado aos objetivos da proposta;
  - As propostas não devem ter qualquer superposição de objetivos com programas de residência médica ou cursos de especialização ou aprimoramento lato sensu;
  - São prioritárias propostas vinculadas a projetos de intervenção, avaliação ou desenvolvimento de políticas públicas assistencial e de desenvolvimento tecnológico;

- Relevância temática e os impactos locais, regionais ou nacionais;
- Coerência da proposta: deve estar justificada a pertinência da(s) área(s) de concentração e a vinculação desta(s) com as linhas de pesquisa e/ou de atuação profissional e os projetos em desenvolvimento e conseqüentemente, com os trabalhos finais desenvolvidos. A estrutura curricular deve proporcionar formação em pesquisa e fundamentos metodológicos.
- CORPO DOCENTE (Requisitos mínimos, estabelecidos pela área, para composição do corpo docente do novo curso)
  - Deve ser constituído por professores com título de doutor (mínimo de 70%) e de mestre ou profissionais com notório saber, todos com reconhecida competência e atuação, demonstradas pela produção técnica, científica e profissional vinculada à temática da proposta;
  - Será permitida a participação deste corpo docente permanente em um terceiro curso de Mestrado Profissional, desde que este ocorra numa mesma instituição sede;
  - Deve incluir pelo menos 10 docentes permanentes, 60% dos quais, no mínimo, com vínculo em tempo integral à Instituição. Os docentes devem estar trabalhando na instituição há pelo menos um ano;
  - Os docentes permanentes devem ter experiência na orientação, no mínimo, de alunos de iniciação científica ou trabalho de conclusão de curso.
- PRODUÇÃO INTELECTUAL (Critérios e recomendações da área quanto à produção bibliográfica e técnica)
  - Para alcançar a nota 3, a produção intelectual média dos docentes permanentes deve corresponder a, no mínimo, 120 pontos no triênio anterior, além de que, 80% ou mais com produção intelectual individual de pelo menos, 120 pontos no triênio anterior;
  - Docentes devem comprovar produção técnica relacionada com a área do curso;

Para efeito de pontuação, serão considerados publicação de artigos completos em periódicos, registros de patentes, publicados em bases internacionais e produção técnica de qualidade compatível com a proposta, como produção complementar à produção intelectual (esta será analisada qualitativamente pelo comitê de área).

### III. CONSIDERAÇÕES SOBRE:

#### - QUALIS PERIÓDICOS

#### - CLASSIFICAÇÃO DE PRODUÇÃO TÉCNICA

\* quando pertinente

#### QUALIS-PERIÓDICOS

A produção intelectual dos programas na área de Medicina I é avaliada, essencialmente, por meio de artigos completos publicados em periódicos científicos com política editorial de revisão por pares. **A produção técnica relevante e relacionada à temática da proposta será avaliada, de forma**

**complementar, nos casos de Mestrado Profissional.** Outras formas de divulgação do conhecimento científico, como livros, capítulos de livros e resumos em anais de congressos não são considerados pela Área. Assim sendo, o Qualis Periódicos é o referencial de análise da qualidade das publicações, não sendo levados em consideração, para fins da análise outras produções.

#### Periódicos Analisados no Processo de Estratificação

A área de Medicina I considerou para a estratificação de A1 a C todos os periódicos relatados pelos cursos/programas. O Qualis Periódicos está dividido em oito estratos, em ordem decrescente de valor: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, e foi atualizado anualmente.

#### Critérios Utilizados no Processo de Estratificação

- a. Foram utilizadas as **bases indexadoras do ISI e SCIMAGO – dezembro de 2012** pela alta correlação existente, respectivamente, entre o fator de impacto e cites per doc (2 anos). Foram atualizados na planilha os fatores de impacto (base ISI) ou *cites per doc*/2 anos (base SCIMAGO). Para os periódicos que tinham indicadores de impacto em pelo menos uma das bases, indicou-se o respectivo valor, ou o de maior valor quando contemplados em ambas as bases.
- b. Com esta base de dados atualizada, fez-se então a distribuição dos periódicos, atendendo os limites estabelecidos pelo CTC-ES para que os percentuais de periódicos classificados em **A1+A2 seja menor ou igual a 25%** e **A1+A2+B1 menor ou igual a 50%**. Adicionalmente, estabeleceu-se que a produção com impacto [fator de impacto (FI) ou *cites per doc* (Cit./doc)] maior ou igual a 0.2 (nas bases ISI e/ou Scimago) seria distribuída até o estrato B3, ficando os estratos B4 para as publicações com impacto <0.2 nas bases acima + os periódicos das bases SCIELO, Medline, Scopus sem índice de impacto. Para o estrato B5 ficaram os periódicos indexados na base LILACS e em outros indexadores (Sportdiscus, Latindex, etc.).
- c. É importante reafirmar que a estratificação dos periódicos através do Qualis tem como única e definida função estabelecer uma ferramenta objetiva de qualificação da produção acadêmica apresentada no triênio pelo programas. Assim, o Qualis para a área 15 ficou com o seguinte perfil e percentual de periódicos em cada estrato:

Periódicos Classificados	
Estratos	FI
A1	>4.0
A2	2.8 - 3.99
B1	1.6 - 2.79
B2	0.8 - 1.59
B3	0.2 - 0.79
B4	<0.2 + MedLine; ISI; Scopus; Scielo
B5	Lilacs e outras Bases
C	Sem Indexador

O indicador para classificar os periódicos B4 e B5 (que não possuem fator de impacto ou este é inferior a 0.2) é à base de dados em que os mesmos estão indexados. Indexação em bases internacionais, de amplo acesso e veiculação, conferem classificação mais elevada, como exemplificado a seguir: periódicos indexados no Medline/PUBMED são classificados como B4. As versões eletrônicas de periódicos indexados no ISI, mas que ainda não possuem sua própria indexação foram classificados como B4.

Periódicos indexados no *SCIELO* são classificados como B4. Periódicos indexados no LILACS, LATINDEX e indexadores semelhantes são classificados como B5. Por fim, os periódicos irrelevantes para a área, como veículos para a disseminação de conhecimento, são classificados no estrato C e não receberão pontuação. Estes critérios para o **Qualis** Periódicos da Área de Medicina I serão submetidos ao CTC-ES em abril e maio de 2013. Conforme orientação da Grande Área da Saúde, os pesos atribuídos para artigos publicados em periódicos classificados em cada um dos estratos são os seguintes:

- Estrato A1 peso 100
- Estrato A2 peso 80
- Estrato B1 peso 60
- Estrato B2 peso 40
- Estrato B3 peso 20\*
- Estrato B4 peso 10\*
- Estrato B5 peso 5\*

\* somente serão considerados três artigos por docente em cada um dos estratos assinalados.

## CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS

No que se refere aos Programas Acadêmicos, a área de Medicina I **não irá adotar o roteiro para a classificação de livros**, pois utiliza de modo pouco expressivo esta modalidade de publicação como veículo de divulgação de conhecimento novo.

Excepcionalmente, no caso dos mestrados profissionais livros ou capítulos de livros serão considerados, desde que tenham relação com os objetivos do programa, como produção técnica complementar. A análise da pertinência e qualidade desta produção será aferida pela comissão de avaliação do MP.



Serão consideradas como produções técnicas, patentes depositadas e outras produções relevantes para a área e compatíveis com a proposta do Mestrado Profissional, tais como:

- Publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais;
- Artigos e Relatórios publicados em periódicos técnicos;
- Produtos técnicos;
- Protótipos;
- Patentes publicadas; Incluem patentes depositadas (nacionais ou internacionais);

Para efeito de pontuação, serão considerados publicação de artigos completos em periódicos, registros de patentes, publicados em bases internacionais e produção técnica de qualidade compatível com a proposta, como produção complementar à produção intelectual (esta será analisada qualitativamente pelo comitê de área).

**NOTA:** A área 15 – Medicina I tendo em conta a decisão do Conselho Superior da CAPES, em reunião realizada em 17 de julho de 2013, sobre a exclusão de 66 periódicos, entre os quais seis brasileiros do WEBQUALIS, acompanhou a decisão do CTC-ES de exclusão de todas as publicações veiculadas nestes periódicos, como produção intelectual dos Programas e Cursos de Pós-graduação na Trienal 2010-2012 de todas as áreas. A decisão deveu-se a um comportamento anômalo destes periódicos no tratamento das citações que compõem o fator de impacto destas revistas. A exclusão das publicações veiculadas nestes periódicos entre os anos de 2010 e 2012, efetivamente não contribuiu para variações nos conceitos atribuídos ao quesito Produção Intelectual e conseqüentemente para as notas finais dos programas.

## IV. FICHA DE AVALIAÇÃO

### IV.1 - PROGRAMAS ACADÊMICOS

Quesitos / Itens	Peso	Avaliação
<b>1 – Proposta do Programa</b>	<b>0%</b>	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	50%	MB = plenamente coerente, consistente e abrangente B = adequadamente coerente, consistente e abrangente R = razoavelmente coerente, consistente e abrangente F = pouco coerente, consistente e abrangente D = inconsistente
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos,	20%	MB = plenamente coerente, consistente e abrangente B = adequadamente coerente, consistente e abrangente

conforme os parâmetros da área.		R = razoavelmente coerente, consistente e abrangente F = pouco coerente, consistente e abrangente D = inconsistente
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	30%	MB= equipamentos, instalações e biblioteca plenamente suficientes; B = equipamentos, instalações e bibliotecas adequados R = equipamentos, instalações e biblioteca mínimos F = equipamentos, instalações e biblioteca insuficientes para o funcionamento do programa D = equipamentos, instalações e biblioteca inexistentes
<b>2 – Corpo Docente</b>	<b>20%</b>	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	15%	Avaliar qual porcentagem de docentes permanentes atende os requisitos de: (1) formação e atuação na área; (2) experiência na área, inclusive sua projeção nacional e internacional; (3) visitantes, consultoria técnico-científica (IES, órgãos de fomento etc.), corpo editorial de periódicos, editoria de periódicos, capacidade de atração de alunos de pós-doutorado.  MB = > 80% B = 70-79% R = 60-69% F = 50-59% D = < 50%
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	30%	1. Avaliar a dimensão do corpo docente em relação às demandas em termos de ensino, orientação e pesquisa. Verificar a proporção de docentes permanentes, colaboradores e visitantes.  MB = > 70% B = 60-69% R = 50-59% F = 40-49%

		<p style="text-align: center;">D = &lt; 40%</p> <p>2. Verificar a porcentagem de docentes permanentes que atuaram <b>nos 3 anos do triênio</b></p> <p style="text-align: center;">MB = &gt; 70% B = 60-69% R = 50-59% F = 40-49% D = &lt; 40%</p> <p>Para o conceito deste item, considerar peso 2 para o subitem 1 e peso 1 para o subitem 2.</p> <p>Em caráter transitório e excepcional considerar a participação de Docentes de outras IES ou Instituto de Pesquisa em até 40% do Corpo Docente Permanente, mesmo que este docente já esteja vinculado a 1 outro programas como DP para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A participação de docentes de outras Instituições como permanentes deverá ser aprovada entre estas e não ultrapassar a dois programas de pós-graduação.</p> <p>O número mínimo de docentes permanentes para implantação de mestrado acadêmico ou profissional: 10 e, para cursos de Doutorado: 15.</p> <p>Os programas já reconhecidos pela CAPES com curso de doutorado que não tenham em seu corpo docente 15 ou mais professores, não progredirão para notas superiores.</p> <p>Será considerada e valorizada a participação de Jovens Pesquisadores e Pós-doutorandos como docentes, desde que financiados por agências de fomento.</p>
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.</p>	<p>30%</p>	<p>Avaliar a porcentagem de docentes permanentes que participam das atividades de formação (disciplinas e orientação) e de pesquisa.</p>

		<p>MB = &gt; 80% B = 79%-68% R = 69%-58% F = 59%-51% D = &lt; 50%</p>																		
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.	15%	<p>Avaliar a porcentagem de docentes envolvidos em disciplinas e/ou orientação de estudantes de graduação, sendo altamente valorizada a inserção de alunos em projetos de iniciação científica (com e sem bolsa).</p> <p>MB = &gt; 80% B = 70-79% R = 60-69% F = 50-59% D &lt; 50%</p>																		
2.5. Captação de recursos em agências de fomento à pesquisa.	10%	<p>Avaliar a porcentagem de docentes que captaram financiamento para realização de pesquisa (por agências de fomento nacionais e internacionais) e/ou obtiveram bolsa de produtividade em pesquisa</p> <p>MB = 50% ou mais B = 49%-38% R = 39%-28% F = 29%-21% D = &lt; 20%</p>																		
<b>3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações</b>	<b>35%</b>																			
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	20%	<p>Avaliar a porcentagem de discentes titulados no triênio em relação ao número de alunos matriculados</p> <table border="0"> <tr> <td></td> <td style="text-align: center;">Mest</td> <td style="text-align: center;">Dout</td> </tr> <tr> <td>MB =</td> <td style="text-align: center;">≥ 40%</td> <td style="text-align: center;">&gt; 25%</td> </tr> <tr> <td>B =</td> <td style="text-align: center;">25-39%</td> <td style="text-align: center;">15-24%</td> </tr> <tr> <td>R =</td> <td style="text-align: center;">20-24%</td> <td style="text-align: center;">10-14%</td> </tr> <tr> <td>F =</td> <td style="text-align: center;">15-19%</td> <td style="text-align: center;">5-9%</td> </tr> <tr> <td>D =</td> <td style="text-align: center;">&lt; 15%</td> <td style="text-align: center;">&lt; 5%</td> </tr> </table>		Mest	Dout	MB =	≥ 40%	> 25%	B =	25-39%	15-24%	R =	20-24%	10-14%	F =	15-19%	5-9%	D =	< 15%	< 5%
	Mest	Dout																		
MB =	≥ 40%	> 25%																		
B =	25-39%	15-24%																		
R =	20-24%	10-14%																		
F =	15-19%	5-9%																		
D =	< 15%	< 5%																		
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	20%	<p>Avaliar a porcentagem de docentes permanentes cujos orientandos tiveram tese ou dissertação defendida no triênio</p> <p>MB ≥ 80% B = 70-79%</p>																		

	<p>R = 60-69% F = 50-59% D &lt; 50%</p> <p>1. Número médio de orientações por docente permanente (número de orientações/total de docentes permanentes):</p> <p>MB = 3,0 a 8,0 alunos B = 2,0-2,9 R = 1,0-1,9 F = 0,1-0,9 D=0</p> <p>E, a proporção de docentes permanentes com 3 a 8 alunos no período:</p> <p>MB = 71 – 100% B = 61 – 70% R = 41 - 69% F = 21 – 40% D &lt; 20%</p> <p>2. Quanto ao limite mínimo de orientações de aluno/DP, recomenda-se que:</p> <p>2.1. a relação <math>\leq</math> a 2 <b>alunos/DP/triênio</b> não ultrapasse a 10% DP em cursos nota 5 ou superior ;</p> <p>2.2. não supere a 20% para cursos 4 e,</p> <p>2.3. a 40% para cursos 3;</p> <p>3. Quanto ao limite máximo somados todos os programas, incluindo Minter, Dinter e Procad ou Mestrado em regiões estratégicas, independentemente da área, considera-se o seguinte:</p> <p>A relação Alunos/DP <b>acima de 8 e até 20 alunos por docente permanente</b> deve ser restrita a 40% do Corpo Docente Permanente para cursos com nota 5 ou superior; 20% para cursos 4 e 0% para cursos 3;</p> <p>Para os professores permanentes que</p>
--	--

		<p>admitam <b>entre 9 e 20</b> aluno devem ser respeitados os seguintes critérios qualitativos: a) o fluxo de alunos titulados deve ser <b>igual a 35%</b>; b) o DP deve apresentar produção intelectual <b>compatível com a nota do programa/Curso</b>.</p>
<p>3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.</p>	<p>50%</p>	<p>Considerar o percentual referente à produção discente/egresso no triênio, em relação ao número de artigos de docentes permanentes, conforme abaixo:</p> <p><b>Indicador 1: (25%)</b>  MB ≥ 40%  B 30-39%  R 20-29%  F 10-19%  D &lt; 10%</p> <p><b>Indicador 2: (25%)</b>  Qualificar a produção discente com base no <i>WebQualis</i> periódicos da área:</p> <p>MB = publicações discentes em periódicos B1 ou superior;  B = publicações em periódicos B2;  R = publicações em periódicos B3;  F = em periódicos B4;  D = abaixo de B4;</p> <p>(Obs.: O indicador relativo à razão produção discente/número de discentes titulados, não foi utilizado durante a avaliação trienal)</p>
<p>3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.</p>	<p>10%</p>	<p>Avaliar o tempo médio de titulação de mestrado e doutorado</p> <p><b>MESTRADO</b>  MB ≤ 30 meses  B 31- 32 meses  R 33- 36 meses  F 37- 41 meses  D ≥ 42 meses</p> <p><b>DOCTORADO</b>  MB ≤ 54 meses</p>

		<p>B 55-58 meses R 59 - 63 meses F 64- 67 meses D <math>\geq</math> 68 meses</p>
<b>4 – Produção Intelectual</b>	<b>35%</b>	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	10%	<p><b>Produção do Programa:</b> considerar o número de pontos obtidos pela divisão do total de pontos de todos os docentes permanentes pelo número de docentes permanentes do programa, conforme abaixo.</p> <p>MB = &gt; 240 pontos B = 180-240 pontos R = 120-179 pontos F = 90-119 pontos D = &lt; 90 pontos</p> <p>Uma vez que 50% (pontos) da produção intelectual, para cursos nota 5 ou superior devem incluir produções dos extratos A1, A2 e B1, as produções do extrato B1 poderão ser substituídas por patentes publicadas no JCR.</p> <p><b>OBSERVAÇÃO:</b> para as notas 5 e superiores, além do número mínimo de pontos, a percentagem de publicações A1, A2 e B1 deve corresponder a pelo menos 50% da pontuação global.</p>
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	45%	<p>Considerar o número de pontos atingidos por, pelo menos, 80% dos docentes permanentes.</p> <p>MB = &gt; 240 pontos B = 180-240 pontos R = 120-179 pontos F = 90-119 pontos D = &lt; 90 pontos</p> <p>A pontuação do docente deve ser proporcional ao tempo de participação como docente permanente no programa.</p> <p>Nota: Para os programas com conceito MUITO BOM em todos os quesitos e que tenham sido considerados qualificados para receber as notas 6 ou 7, considerar neste item os seguintes valores:</p>

		<p><b>Nota 6</b> - 80% dos docentes permanentes terem pontuação &gt; 360 pontos (no triênio) e ter publicado ao menos um trabalho nos estratos A1 ou 2 ou mais artigos A no triênio.</p> <p><b>Nota 7</b> - 80% dos docentes permanentes terem pontuação &gt;= 420 pontos (no triênio) e ter publicado 2 artigos A (sendo que pelo menos 1 deles deve ser A1), ou três ou mais artigos A no triênio.</p>
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	45%	<p>Considerar as publicações técnicas relevantes (documentos para agências ou instituições nacionais ou internacionais, relatórios técnicos, desenvolvimento de produtos, elaboração de normas/protocolos, consultorias/assessorias, editoria de periódicos etc.). Considerar os limites abaixo, levando-se em conta pelo menos 1 produção técnica no triênio:</p> <p>MB = &gt; 80% dos docentes permanentes B = 60-79% R = 40-59% F = 20-39% D = &lt; 20%.</p>
4.4. Produção artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.		Não se Aplica
<b>5 – Inserção Social</b>	<b>10%</b>	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	45%	<p>Avaliação qualitativa Fonte: informações contidas na proposta do programa e no quesito inserção social:</p> <p>Considerar o papel que o programa desenvolve na própria região e no país em termos de extensão do conhecimento à sociedade, à formação de recursos para políticas públicas e, a Intervenção social do programa.</p>
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	40%	<p>Levar em conta as interações que o programa mantém com seus congêneres e outros centros de ensino e pesquisa da área e suas contribuições para o desenvolvimento acadêmico regional e nacional. Considerar também a atuação em</p>



		termos de mestrado ou doutorado interinstitucional.
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.	15%	Considerar os meios, sobretudo eletrônicos, que o programa utiliza para divulgar sua atuação (corpo docente, áreas de concentração, linhas de pesquisa, critérios de seleção de discentes, nota na última avaliação e outros dados de importância para a comunidade).

## IV.2 - MESTRADOS PROFISSIONAIS

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
<b>1 – Proposta do Programa</b>	<b>0%</b>	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa.	40%	<p>Obs.: As características qualitativas da proposta devem contemplar as mesmas dos Programas Acadêmicos, adicionados os aspectos descritos a seguir.</p> <p>- Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional.</p> <p>As propostas de Mestrado Profissional devem apresentar caráter interdisciplinar de tal forma que agreguem competências e metodologias que tenham como objetivo a boa formação e a geração de conhecimento novo a ser imediatamente aplicável;</p> <p>Deve estar claramente especificado o perfil do profissional a ser formado. Este perfil não pode ser dissociado aos objetivos da proposta;</p> <p>A proposta não deve ter qualquer superposição de objetivos com programas de residência médica ou cursos de especialização ou aprimoramento <i>lato sensu</i>;</p> <p>São prioritárias propostas vinculadas a projetos de intervenção, avaliação ou desenvolvimento de políticas públicas assistenciais e de</p>

		desenvolvimento tecnológico;  São também prioritários e relevantes à temática e os impactos locais, regionais ou nacionais; Coerência da proposta: deve estar justificada a pertinência da(s) área(s) de concentração e a vinculação desta(s) com as linhas de pesquisa e/ou de atuação profissional e os projetos em desenvolvimento e conseqüentemente, com os trabalhos finais desenvolvidos. A estrutura curricular deve proporcionar formação em pesquisa e fundamentos metodológicos.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	20%	- Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	20%	- Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	20%	- Examinar as perspectivas do Programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da área.
<b>2. Corpo Docente</b>	<b>20%</b>	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50%	Obs.: As métricas utilizadas na análise deste quesito são semelhantes àquelas utilizadas para os Programas Acadêmicos, adicionados os aspectos descritos a seguir.  - Examinar se o Corpo Docente Permanente (DP) é formado por doutores, profissional e técnico com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (conforme o estabelecido no Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009 - Portaria Ministerial sobre Mestrado Profissional).  - Examinar se o Corpo Docente atua em P, D&I nas áreas de concentração do Mestrado Profissional.

		<p>O Corpo Docente do Mestrado Profissional deve ser constituído por professores ou profissionais com notório saber, todos com reconhecida competência e atuação, demonstradas pela produção técnica, científica e profissional vinculada à temática da proposta;</p> <p>Examinar se o programa obedece a Portaria Capes nº 1/2012 que estabelece a participação de Docentes Permanentes não deve ultrapassar a 3 (três) PROGRAMAS, dentre os quais 01 Mestrado Profissional.</p> <p>Como estabelecido nos Critério de Área para APCN, em caráter excepcional e transitório, é permitida a participação, em até 40% do corpo docente permanente, de professores e pesquisadores de outras IES públicas quando o curso ou programa estiver situado nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A participação de docentes de outras Instituições como permanentes deverá ser formalmente aprovada por ambas IES e, esta participação não deve ultrapassar a dois programas de pós-graduação acadêmicos e um profissional.</p> <p>O Corpo Docente do Mestrado Profissional deve incluir pelo menos 10 docentes permanentes, 60% dos quais, no mínimo, com vínculo em tempo integral à Instituição. Os docentes devem estar trabalhando na instituição há pelo menos um ano; Os docentes permanentes devem ter experiência na orientação, no mínimo, de alunos de iniciação científica ou trabalho de conclusão de curso.</p>
<p>2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.</p>	<p>25%</p>	<p>Obs.: As métricas utilizadas na análise deste quesito são semelhantes àquelas utilizadas para os Programas Acadêmicos, adicionados os aspectos descritos a seguir.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Examinar a adequada proporção de Docentes Permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes.</li> <li>- Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores</li> </ul>

		<p>governamentais ou não governamentais.</p> <p>-Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no programa, considerando o estabelecido pelo inciso VI do Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17/2009: “a proposta de Mestrado Profissional deverá, necessária e obrigatoriamente, comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial”.</p>
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	25%	- Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento de orientação do programa entre os Docentes Permanentes.
<b>3. Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão</b>	<b>30%</b>	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa	30%	<p>Obs.: As métricas utilizadas na análise deste quesito são semelhantes àquelas utilizadas para os Programas Acadêmicos, adicionados os aspectos descritos a seguir.</p> <p>- Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de alunos matriculados no período.</p> <p>- Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de docentes do programa.</p>
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos	40%	<p>- Examinar as publicações com coautoria discente em periódicos, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica.</p> <p>- Examinar a produção técnica, que foi objeto de publicação, dos alunos e egressos.</p>
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos	30%	- Examinar a aplicabilidade do trabalho de mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos público-privados, e, sua vinculação com os objetivos da proposta do Programa.

4. Produção Intelectual	30%	
<p>4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente</p>	<p>30%</p>	<p>Obs.: As métricas utilizadas na análise deste quesito são semelhantes àquelas utilizadas para os Programas Acadêmicos, adicionados os aspectos descritos a seguir.</p> <p>Examinar o número e distribuição das publicações do programa no triênio.</p> <p>Levar em conta a produção global do programa, ou seja, o número total de artigos completos publicados em periódicos científicos pelo conjunto de docentes permanentes, discentes e egressos. O parâmetro de qualidade das publicações é o Qualis Periódicos. Os Periódicos serão estratificados de acordo com o explicitado no item III do Documento de Área.</p> <p>Considerar o número de pontos obtidos pela divisão do total de pontos de todos os docentes permanentes pelo número de docentes permanentes do programa.</p> <p>Considerar o número de pontos atingidos por, pelo menos, 80% dos docentes permanentes.</p> <p>A pontuação do docente deve ser proporcional ao tempo de participação como docente permanente no programa.</p>
<p>4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.</p>	<p>30%</p>	<p>Examinar a produção técnica, patentes depositadas e outras produções consideradas relevantes para a área e compatíveis com a proposta do Mestrado, tais como:</p> <p>Publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais;</p> <p>Artigos e Relatórios publicados em periódicos técnicos;</p> <p>Produtos técnicos;</p> <p>Protótipos;</p> <p>Patentes publicadas; Incluem patentes depositadas (nacionais ou internacionais);</p> <p>Para efeito de pontuação, serão considerados publicação de artigos completos em periódicos, registros de patentes, publicados em bases</p>

		internacionais e produção técnica de qualidade compatível com a proposta, como produção complementar à produção intelectual (esta será analisada qualitativamente pelo comitê de área).
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa	20%	- Examinar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do programa.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	20%	- Examinar a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada do programa e os objetivos do Mestrado Profissional.
<b>5. Inserção Social</b>	20%	
5.1. Impacto do Programa	40%	<p>Obs.: As características qualitativas deste quesito devem contemplar as mesmas dos Programas Acadêmicos, adicionados os aspectos descritos a seguir.</p> <p>- Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissionais, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil.</p> <p>- Examinar se o Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto tais como: social, educacional, sanitário e tecnológico. Considerar o papel do programa, tanto para a sua própria região como para o país, na formação de pessoas qualificadas para o mercado de trabalho e especialmente para atender às necessidades do <b>Sistema Único de Saúde</b> e para o desenvolvimento de pesquisa nos níveis local, regional ou nacional.</p> <p><b>a) Impacto social:</b> formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.</p> <p><b>b) Impacto educacional:</b> contribuição para a</p>

		<p>melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.</p> <p><b>c) Impacto tecnológico:</b> contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos.</p> <p><b>d) Impacto sanitário:</b> contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da área da Saúde.</p>
5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.	20%	- Examinar a <b>participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos dentro da modalidade de Mestrado Acadêmico ou Profissional</b> ; a participação em projetos de cooperação entre Cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para inovação, pesquisa, e para o desenvolvimento regional da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.
5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.	20%	- <b>Examinar a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais</b> , voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, e social no respectivo setor ou região; a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos; a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos e diagnósticos), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.
5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa	20%	- <b>Examinar os mecanismos de divulgação atualizada e sistemática do Programa</b> , que poderão ser realizados de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades

privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação.

- **Examinar a divulgação dos trabalhos finais**, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º Portaria CAPES nº 13/2006).

## V. CONTEXTUALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL E INDICADORES CONSIDERADOS NA ATRIBUIÇÃO DE NOTAS 6 e 7

A internacionalização dos programas de pós-graduação da área de Medicina I é mais fortemente evidenciada pela inserção da produção intelectual em veículos de divulgação de acesso internacional bem como pelo reconhecimento desta produção, medido pelos índices de citação (Figura 5). Esta ocorre em diferentes níveis, desde uma parceria visando o incremento da produção do próprio programa até a contribuição bilateral com centros de excelência. Ocorre também pelo estabelecimento de parcerias, cada vez mais comuns, que visam o aprimoramento de pesquisa em áreas de conhecimento específicas com centros no exterior ainda emergentes (particularmente na América Latina e África), tais como as parcerias com países do eixo Sul-Sul.

Devido às suas características de produção e veiculação da produção intelectual, a Área 15 é por natureza internacional. Entretanto, as atividades de internacionalização dos diferentes programas que constituem esta Área da CAPES refletem as diferentes formas de entendimento do conceito de internacionalização por parte das IES. De uma maneira geral, a internacionalização da Pós-Graduação em Medicina é considerada por sua disposição e disponibilidade para parcerias com instituições estrangeiras, envolvendo fluxos de discentes e docentes nos dois sentidos, minimizando os impactos/dificuldades impostas pelas barreiras burocráticas e culturais que naturalmente existem. Institucionalmente, tem sido implantadas ações peculiares de instituições/programas para instituição com diferentes níveis e maturação de internacionalização, dentre as quais:

- a) Mobilidade de alunos, “in” e “out”: estágios sanduíche, participação em congressos, missões de curta duração;
- b) Acordos efetivos de doutorados em duplo diploma e oferecimento de disciplinas em conjunto com instituições internacionais;
- c) Mobilidade de docentes, “in” e “out”: interações entre grupos de pesquisa, fluxo intenso de professores visitantes;
- d) Organização/realização de congressos, simpósios e workshops internacionais.

Atualmente, é possível verificar que os programas da área estão estabelecidos em três patamares que refletem “o grau de internacionalização” de cada um deles. Para os programas mais jovens, o processo de internacionalização é entendido como um investimento na formação e qualificação de pessoal, mediante a cooperação com instituições no exterior. A existência de comissão institucional para assuntos de internacionalização, quando existente, é algo novo e incipiente. Também, poucos são os recursos financeiros disponibilizados pela instituição, o que dificulta em muito a vinda de estrangeiros (pesquisadores ou alunos) para cursos ou atividades científicas. Para alguns outros programas, embora



ainda que em alguns casos não fique clara uma política institucional de internacionalização, é possível verificar que há iniciativas específicas de financiamento, que permitem um fluxo de pesquisadores para e do exterior com frequência e de forma programada. Contudo, as diferenças de “grau de internacionalização” parecem estar mais relacionadas às iniciativas individuais que decorrentes de políticas de internacionalização das IES. Em alguns casos, há claras iniciativas de apoio e sensibilização das reitorias na busca da internacionalização. Também, neste patamar os programas já investem em programas de dupla titulação o que proporciona uma maior visibilidade do programa no exterior. Por fim, aqueles programas consolidados inseridos nas universidades nas quais há forte investimento financeiro e gerencial em atividades de internacionalização. Nestas universidades existem assessorias ou comitês de internacionalização e, clara política neste sentido. É possível perceber alto fluxo de pesquisadores indo e vindo do exterior, acompanhado de fluxo de alunos dos programas em estágios no exterior e/ou participando de eventos congressos. Também é possível detectar a vinda de alunos fora, particularmente, da Ásia, África e América Latina. São oferecidas disciplinas em inglês pelos docentes visitantes e vários deste participam de bancas de doutorado. Alguns destes programas já têm alunos graduados com duplo diploma.

A busca da excelência impõe a meta de internacionalização aos programas de pós-graduação na área médica. Um curso classificado como de nível 5 dependerá do atendimento dos critérios de internacionalização para se inserir nos mais alto nível de qualificação. A internacionalização, assim, passa a ser um dos maiores desafios das IES, não só a busca de se tornarem centros de excelência, como a sua própria inserção na comunidade científica internacional. O maior objetivo de se internacionalizar é proporcionar uma diversidade de conceitos, ideologias e culturas fortalecendo o ensino, a pesquisa, e a extensão, contribuindo com sua a qualificação, ampliando a produção de conhecimento e a sua difusão na comunidade internacional. Tão relevantes quanto os objetivos da internacionalização são as formas e meios para a sua concretização através de critérios objetivos de qualidade. A área tem a expectativa que seus programas de excelência tenham adotado uma forma ativa de engajamento à internacionalização através de processos e produtos próprios, que sejam oferecidos e consumidos pela comunidade acadêmica internacional. Espera-se que os programas demonstrem ser polos de atração e, por isso, suas estruturas acadêmicas assumam o papel preponderante no referido processo. Neste sentido, as seguintes questões devem ser lembradas pelos avaliadores dos programas candidatos a excelência: 1. Como a internacionalização incidirá sobre a qualidade da instituição acadêmica em todos os níveis de atuação? 2. De que modo o atendimento aos objetivos de internacionalização influencia a relação da IES com a sociedade? A resposta a ambas as questões, segundo a visão da área 15, pressupõe que a internacionalização não acarreta apenas vantagens institucionais (importância e renome) ou acadêmicas (melhoria da formação do ensino e da pesquisa). Mas que esta assuma relevância adicional para o país, uma vez que a incorporação de parâmetros de excelência reconhecidamente internacional, passa a ser condição para a apropriação do conhecimento e independência científico-tecnológica do país.

As notas “6” e “7” são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado, classificadas como nota “5” na primeira etapa de realização da avaliação trienal, e que demonstre consolidação e liderança nacional do Programa como formador de recursos humanos para a nucleação de pesquisa e a formação de recursos de alto nível. Neste item, será avaliado o desempenho do Programa na formação de recursos humanos e na

nucleação de novos grupos de pesquisa em outros estados e regiões do país, sendo considerados a situação atual e o histórico do Programa como formador de recursos humanos, considerando a inserção dos discentes e egressos no sistema de pesquisa e pós-graduação.

Os programas candidatos a notas 6 e 7 devem atender necessária e obrigatoriamente aos dois aspectos abaixo:

- i) *tenham um nível de desempenho altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; Para nota 6 ou 7, estes programas devem ter conceito  **muito bom**  em todos os quesitos avaliados; Para obtenção da nota 6 aceita-se que o programa tenha obtido avaliação  **bom**  em um dos sub-quesitos desde que isto não afete o conceito  **muito bom**  final deste quesito avaliado;*
- ii) *apresente desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área.*

Estes níveis de qualificação, de produção e de desempenho equivalentes aos de centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos, e da expressão da produção científica do corpo discente. Assim, em relação às publicações, serão considerados:

#### **(Avaliação Qualitativa)**

- Os artigos dos docentes permanentes e discentes em periódicos qualificados nos estratos superiores do Qualis Periódicos (A1, A2 e B1), os quais ofereçam contribuição significativa para o conhecimento da Área;

#### **(Avaliação Quantitativa)**

Para os programas com conceito MUITO BOM em todos os quesitos e que tenham sido considerados qualificados para receber as notas 6 ou 7, considerar neste item os seguintes valores:

- **Nota 6** - 80% dos docentes permanentes terem pontuação maior ou igual a 360 pontos definidos pela estratificação Qualis periódicos (no triênio) e ter publicado ao menos um trabalho nos estratos A1 ou 2 ou mais artigos A no triênio.
- **Nota 7** - 80% dos docentes permanentes terem pontuação maior ou igual a 420 pontos definidos pela estratificação Qualis periódicos (no triênio) e ter publicado 2 artigos A (sendo que pelo menos 1 deles deve ser A1), ou três ou mais artigos A no triênio.
- Os Programas/Cursos candidatos às notas 6 e 7 deverão apresentar um percentual de 50% ou superior, das publicações no triênio 2010-2012, estratificadas em periódicos A1, A2, B1 e B2, com pelo menos uma (01) citação no *SCImago*; Este percentual corresponde à mediana das citações no intervalo de 3 anos observadas para países da OCDE, Japão e EUA onde o índice

de citações (IndCit) encontra-se entre 24-71%;

- Estes programas ou cursos de pós-graduação deverão apresentar também um percentual de 10% ou mais de publicações, entre 2010-2012, com pelo menos uma participação de colaborador estrangeiro avaliada no *Scimago*; Este percentual de colaboração internacional corresponde à moda das colaborações no intervalo de 3 anos observada para países da OCDE, Japão e EUA onde o índice de colaborações internacionais (IndCol) está entre 20-40%;

Pelos critérios estabelecidos no processo de avaliação dos Programas e Cursos de Pós-Graduação na área de Medicina I, atingir a classificação de nível 6 e 7 implica que o programa tenha atingido padrão internacional e portanto os mais elevados níveis de qualificação. Assim, em relação à inserção internacional do programa, serão observados os seguintes indicadores de participação ou produção internacional dos docentes permanentes:

- participação em corpo editorial de periódicos altamente qualificados;
- promoção de eventos científicos significativos de cunho internacional;
- intercâmbios e convênios internacionais, promovendo a circulação de professores e alunos;
- participação regular de alunos de doutorado em estágio sanduíche em instituições estrangeiras;
- atração e presença de alunos estrangeiros no programa, como alunos regulares ou como discentes de bolsas sanduíche vinculados a programas de pós-graduação de outros países;
- atuação de professores de Instituições internacionais no programa (palestras, bancas, cursos, atividades de pesquisa pós-doutoral);
- participação qualificada e apresentação de trabalhos em eventos científicos internacionais de alto nível acadêmico;
- captação de recursos financeiros para pesquisa de fontes internacionais;
- realização de estágios (alunos e professores) e pesquisas no exterior associados a equipes estrangeiras;
- realização de estágio pós-doutoral de egressos e docentes no exterior, preferencialmente com apoio de agências de fomento;
- apresentar um percentual relevante de docentes permanentes com bolsa de produtividade do CNPq;
- demonstrar a participação relevante na gestão e em comissões de organismos internacionais (direção, coordenação e comissões ou conselhos);
- apresentar a outorga de prêmios e distinções, nacionais e internacionais ao corpo docente e discente do programa.

## VI. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO E COMPARAÇÃO COM O TRIÊNIO ANTERIOR 2007 e 2010

Área de Avaliação	Código PPG	Programa	IES	Nível	Nota 2013
MEDICINA I	28008014002P6	MEDICINA E SAÚDE HUMANA	EBMSP	MD	4
MEDICINA I	33031010001P5	CIÊNCIAS DA SAÚDE	FAMERP	MD	4
MEDICINA I	33073015001P5	ONCOLOGIA	FAP	MD	5
MEDICINA I	33019010010P1	CIÊNCIAS DA SAÚDE	FCMSCSP	MD	4
MEDICINA I	25004018009P7	CIENCIAS DA SAUDE	FESP/UPE	M	4
MEDICINA I	31010016008P4	PESQUISA CLINICA EM DOENÇAS INFECCIOSAS	FIOCRUZ	MD	6
MEDICINA I	33112010001P5	CIÊNCIAS DA SAÚDE	FMABC	MD	4
MEDICINA I	33026017001P5	Ciências da Saúde	FMJ	M	3
MEDICINA I	42018013002P8	CIÊNCIAS DA SAÚDE (CARDIOLOGIA)	FUC	MD	5
MEDICINA I	27001016009P3	CIÊNCIAS DA SAUDE	FUFSE	MD	5
MEDICINA I	33158010001P0	ONCOLOGIA	HCB	MD	4
MEDICINA I	33038015007P8	CIÊNCIAS DA SAÚDE	IAMSPE	M	4
MEDICINA I	32058020002P2	EDUCAÇÃO EM DIABETES	IEPSC	F	3
MEDICINA I	32058020001P6	Medicina - Biomedicina	IEPSC	MD	4
MEDICINA I	25005014003P5	CUIDADOS INTENSIVOS	IMIP	F	3
MEDICINA I	25005014004P1	CUIDADOS PALIATIVOS	IMIP	F	3
MEDICINA I	31061010001P9	ONCOLOGIA	INCA	MD	6
MEDICINA I	40003019013P0	CIENCIAS DA SAUDE	PUC/PR	MD	5
MEDICINA I	42005019014P5	MEDICINA E CIÊNCIAS DA SAÚDE.	PUC/RS	MD	7
MEDICINA I	42006015004P6	SAÚDE E COMPORTAMENTO	UCPEL	MD	5
MEDICINA I	40002012046P0	Ciências da Saúde	UEL	MD	4
MEDICINA I	31004016036P1	CIÊNCIAS MÉDICAS	UERJ	MD	4
MEDICINA I	31004016029P5	FISIOPATOLOGIA CLÍNICA E EXPERIMENTAL	UERJ	MD	7
MEDICINA I	28001010072P3	CIÊNCIAS DA SAÚDE	UFBA	MD	5
MEDICINA I	28001010012P0	MEDICINA E SAÚDE	UFBA	MD	5
MEDICINA I	22001018047P9	CIÊNCIAS MÉDICAS	UFC	MD	6
MEDICINA I	42015014006P4	CIÊNCIAS DA SAÚDE	UFCSPA	MD	4
MEDICINA I	42015014004P1	MEDICINA (HEPATOLOGIA)	UFCSPA	MD	3
MEDICINA I	30001013043P6	Medicina	UFES	F	3
MEDICINA I	31003010021P1	CIÊNCIAS CARDIOVASCULARES	UFF	MD	4
MEDICINA I	31003010048P7	CIÊNCIAS MÉDICAS	UFF	MD	4
MEDICINA I	32005016014P7	SAÚDE	UFJF	MD	5
MEDICINA I	20001010009P4	CIÊNCIAS DA SAÚDE	UFMA	MD	4
MEDICINA I	32001010065P5	Ciências Aplicadas à Saúde do Adulto	UFMG	MD	4
MEDICINA I	32001010088P5	MEDICINA MOLECULAR	UFMG	MD	5

MEDICINA I	50001019009P9	CIÊNCIAS DA SAÚDE	UFMT	MD	4
MEDICINA I	15001016071P7	Oncologia e Ciências Médicas	UFPA	M	4
MEDICINA I	25001019039P4	CIÊNCIAS DA SAÚDE	UFPE	M	3
MEDICINA I	40001016012P1	MEDICINA INTERNA	UFPR	MD	4
MEDICINA I	42001013017P9	CIÊNCIAS DA SAÚDE: CARDIOLOGIA E CIÊNCIAS CARDIOVASCULARES	UFRGS	MD	5
MEDICINA I	42001013018P5	CIÊNCIAS EM GASTROENTEROLOGIA E HEPATOLOGIA	UFRGS	MD	3
MEDICINA I	42001013060P1	CIÊNCIAS MÉDICAS: ENDOCRINOLOGIA	UFRGS	MD	5
MEDICINA I	42001013020P0	CIÊNCIAS PNEUMOLÓGICAS	UFRGS	MD	4
MEDICINA I	42001013039P2	MEDICINA: CIÊNCIAS MÉDICAS	UFRGS	MD	6
MEDICINA I	31001017048P0	CLÍNICA MÉDICA	UFRJ	MD	7
MEDICINA I	31001017041P6	MEDICINA (CARDIOLOGIA)	UFRJ	MD	4
MEDICINA I	31001017044P5	MEDICINA (ENDOCRINOLOGIA)	UFRJ	MD	5
MEDICINA I	41001010070P8	CIÊNCIAS MÉDICAS	UFSC	MD	4
MEDICINA I	41001010081P0	Cuidados Intensivos e Paliativos	UFSC	F	3
MEDICINA I	32006012030P9	CIÊNCIAS DA SAÚDE	UFU	F	3
MEDICINA I	32006012008P3	CIÊNCIAS DA SAÚDE	UFU	MD	4
MEDICINA I	53001010051P7	CIÊNCIAS MÉDICAS	UNB	MD	4
MEDICINA I	41015010003P2	CIÊNCIAS DA SAÚDE	UNESC	MD	6
MEDICINA I	33004064020P0	FISIOPATOLOGIA EM CLÍNICA MÉDICA	UNESP/BOT	MD	5
MEDICINA I	33003017023P6	CIÊNCIAS MÉDICAS	UNICAMP	MD	5
MEDICINA I	33003017065P0	CLÍNICA MÉDICA	UNICAMP	MD	5
MEDICINA I	33003017078P5	FISIOPATOLOGIA MÉDICA	UNICAMP	MD	6
MEDICINA I	33009015012P2	GASTROENTEROLOGIA	UNIFESP	MD	4
MEDICINA I	33009015007P9	MEDICINA (CARDIOLOGIA)	UNIFESP	MD	4
MEDICINA I	33009015011P6	MEDICINA (ENDOCRINOLOGIA CLÍNICA)	UNIFESP	MD	5
MEDICINA I	33009015045P8	MEDICINA INTERNA E TERAPÊUTICA	UNIFESP	MD	5
MEDICINA I	33009015016P8	MEDICINA (NEFROLOGIA)	UNIFESP	MD	7
MEDICINA I	33009015020P5	MEDICINA (PNEUMOLOGIA)	UNIFESP	MD	5
MEDICINA I	33009015069P4	MEDICINA TRANSLACIONAL	UNIFESP	MD	4
MEDICINA I	33009015074P8	TECNOLOGIAS E ATENÇÃO À SAÚDE	UNIFESP	F	4
MEDICINA I	33092010010P5	Medicina	UNINOVE	M	4
MEDICINA I	33050015007P0	CIÊNCIAS DA SAÚDE	USF	MD	4
MEDICINA I	33002010125P7	CARDIOLOGIA	USP	D	5
MEDICINA I	33002010171P9	CIÊNCIAS MÉDICAS	USP	MD	7
MEDICINA I	33002010062P5	ENDOCRINOLOGIA	USP	MD	5
MEDICINA I	33002010060P2	MEDICINA (DERMATOLOGIA)	USP	MD	5
MEDICINA I	33002010202P1	(MEDICINA) TECNOLOGIA E INTERVENÇÃO EM	USP	D	4

		CARDIOLOGIA			
MEDICINA I	33002010117P4	NEFROLOGIA	USP	MD	6
MEDICINA I	33002010154P7	ONCOLOGIA	USP	MD	4
MEDICINA I	33002010118P0	PNEUMOLOGIA	USP	D	5
MEDICINA I	33002029043P6	Hemoterapia e Biotecnologia	USP/RP	F	5
MEDICINA I	33002029010P0	MEDICINA (CLÍNICA MÉDICA)	USP/RP	MD	5
MEDICINA I	33002029044P2	Oncologia Clínica, Células-Tronco e Terapia Celular	USP/RP	MD	3

### COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO: SIGLA IES

ANTONIO ALBERTO DA SILVA LOPES UFBA Consultor(a)  
 CARLOS CEZAR FRITSCHER PUC/RS Coordenador(a) Adjunto(a)  
 ELIZABETH DE FRANCESCO DAHER UFC Consultor(a)  
 EMILIA INOUE SATO UNIFESP Consultor(a)  
 FERNANDO CENDES UNICAMP Consultor(a)  
 FLÁVIA RAQUEL FERNANDES DO NASCIMENTO UFMA Consultor(a)  
 FRANCISCO RAFAEL MARTINS LAURINDO INCOR/SP Consultor(a)  
 IRENE DE ALMEIDA BIASOLI UFRJ Consultor(a)  
 IRINEU TADEU VELASCO USP Consultor(a)  
 JOSE ANTONIO ROCHA GONTIJO UNICAMP Coordenador(a)  
 LUIS FELIPE RIBEIRO PINTO INCA Consultor(a)  
 MAGDA LAHORGUE NUNES PUC/RS Consultor(a)  
 MARCELO TÁVORA MIRA PUC/PR Consultor(a)  
 MARCIA MARGARET MENEZES PIZZICHINI UFSC Consultor(a)  
 MARCOS TADEU NOLASCO DA SILVA UNICAMP Consultor(a)  
 MARIA DE FATIMA SONATI UNICAMP Consultor(a)  
 MARIO TERRA FILHO USP Consultor(a)  
 MONICA ROBERTO GADELHA UFRJ Consultor(a)  
 NESTOR SCHOR UNIFESP Consultor(a)  
 POLI MARA SPRITZER UFRGS Consultor(a)  
 RICARDO BRANDT DE OLIVEIRA USP/RP Consultor(a)  
 RICARDO QUEIROZ GURGEL FUFSE Consultor(a)  
 TEREZILA MACHADO COIMBRA USP Consultor(a)  
 THAIS HELENA ABRAHAO THOMAZ QUELUZ UNESP Consultor(a)  
 VANIA OLIVETTI STEFFEN ABDALLAH UFU Consultor(a)



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
Diretoria de Avaliação



WOLNEI CAUMO UFRGS Coordenador(a) Adjunto(a) Mestrado Profissional  
ZULMA MARIA DE MEDEIROS FIOCRUZ Consultor(a)